

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

**Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025.**

Joinville – SC, 05 de março de 2026.

Aos acionistas da

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ROMAXIS SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em atendimento ao Art. 50 da Resolução nº 60 de 23 de dezembro de 2022, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025 comparativas a 31 de dezembro de 2025, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

**ANDRE
EFFTING
VANDERLINDE**
:05356629982

Assinado de forma digital por ANDRE EFFTING
VANDERLINDE:05356629982
Dados: 2026.03.23 14:36:26 -03'00'

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Diretor Presidente

André Effting Vanderlinde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Joinville – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ROMAXIS SECURITIZADORA S/A** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ROMAXIS SECURITIZADORA S/A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1. Conforme mencionado na nota explicativa 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 apresenta o montante de R\$ 4.682.641 na rubrica de clientes. Para o montante de R\$ 49.871 registrado na sub-rubrica de duplicatas de clientes a conciliar, bem como o montante de R\$ 292.483 na sub-rubrica Gráfica clientes, a Companhia não nos forneceu a composição analítica, bem como a conciliação dos saldos. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos das referidas rubrica e sub-rubrica em 31 de dezembro de 2025, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período findo naquela data.
2. Conforme mencionado na nota explicativa 7 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 apresenta o montante de R\$ 1.034.454 na rubrica de operações com partes relacionadas, porém não recebemos os contratos de mútuo para efetuar a comparação com os saldos contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi planejada e executada considerando o contexto do mercado em que a Companhia está inserida e as mudanças ocorridas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, estão descritos abaixo.

Direitos creditórios a receber (Nota explicativa 6)

O saldo de Direitos Creditórios é utilizado como lastro na operação de securitização, sendo assim a garantia dos títulos e valores mobiliários emitidos pela companhia. Ao fim do exercício de 2025, a conta representava 66,43% (oitenta e um inteiros e um centésimos por cento) do total do Ativo da companhia. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise dos relatórios emitidos pelo sistema da companhia, realizando conferência entre os saldos contábeis e financeiros. Efetuamos o procedimento de confirmação (circularização) dos saldos de uma amostra dos clientes e confirmamos se os saldos contábeis registrados estavam de acordo com os saldos informados nas confirmações recebidas. Examinamos os contratos de emissão das debêntures, de forma a verificar se o mesmo continha cláusula de lastro com os direitos creditórios a receber. Verificamos os contratos com os clientes e os termos de cessão, analisando a taxa de juros, prazos de recebimento, forma de pagamento.

Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 11)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício de 2025 a Companhia utilizou essa modalidade para atingir

seus objetivos comerciais. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise dos relatórios de controles internos relacionados as debêntures emitidas pela Companhia. Verificamos as Escrituras de emissão das debêntures, seu registro na Junta Comercial do Estado e publicadas no diário oficial e jornal de grande circulação, analisamos suas cláusulas, prazos para resgate, valor unitário, taxa de remuneração, garantia, verificamos os procedimentos em relação ao lastro com os direitos creditórios. Efetuamos também a análise dos aportes de debêntures, em relação ao lastro da origem do valor ser em nome do debenturista e oriundo de sua conta corrente.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando,

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 05 de março de 2026.

**SIDENI
MORATELLI:6
1317837991**

Assinado de forma
digital por SIDENI
MORATELLI:613178379
91
Dados: 2026.03.25
19:03:03 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Sideni Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7

**JULIANO DOS
SANTOS
MACHADO:9027
1823968**

Assinado de forma digital
por JULIANO DOS
SANTOS
MACHADO:90271823968
Dados: 2026.03.25
19:03:16 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR 051.229/O-8 “S” SC

Balanco Patrimonial dos exercicios findos em:

(Valores expressos em reais)

| ATIVO | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------------------------------|-------------|---------------------|--------------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 60.857 | 18.580 |
| Direitos creditórios a receber | 6 | 3.171.970 | 7.389.165 |
| Impostos a recuperar | | 216.135 | 216.135 |
| Partes Relacionadas | 7 | 1.034.454 | 1.042.892 |
| Outros Créditos | | 8.336 | 3.199 |
| Total do Ativo Circulante | | 4.492.252 | 8.669.971 |
| Ativo Não Circulante | | | |
| Imobilizado | 8 | 4.673 | 11.178 |
| Intangível | 8 | 277.912 | 439.705 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 282.585 | 450.883 |
| Total do Ativo | | 4.774.837 | 9.120.854 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo Circulante | | | |
| Obrigações com fornecedores | | 27.625 | 30.467 |
| Obrigações tributárias | 9 | 89.885 | 90.245 |
| Obrigações trabalhistas e sociais | | 30.258 | 37.789 |
| Outras obrigações | 10 | 26.727 | - |
| Debêntures | 11 | 15.498.318 | 16.475.055 |
| Total do Passivo Circulante | | 15.672.813 | 16.633.556 |
| Passivo não circulante | | | |
| Outras obrigações | 12 | - | 3.380 |
| Total do Passivo Circulante | | - | 3.380 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 13 | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Prejuizos/lucros acumulados | | (12.897.976) | (9.516.082) |
| Total do patrimônio líquido | | (10.897.676) | (7.516.082) |
| Total do Passivo | | 4.774.837 | 9.120.854 |

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

| | <u>Nota</u> | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------|---------------------------|---------------------------|
| Receita de Securitização | | - | 1.080 |
| Receita de Serviço | | 5 | 200 |
| (-) Custo de Captação | | <u>(3.219.464)</u> | <u>(2.784.970)</u> |
| Receita operacional líquida | | <u>(3.219.459)</u> | <u>(2.783.690)</u> |
| Lucro bruto | | <u>(3.219.459)</u> | <u>(2.783.690)</u> |
| (Despesas) / Receitas operacionais | | <u>(441.350)</u> | <u>(609.757)</u> |
| Despesas gerais e administrativas | | (441.350) | (609.757) |
| Lucro antes do Resultado Financeiro | 14 | <u>(3.660.809)</u> | <u>(3.393.447)</u> |
| Despesas financeiras | | (2.332) | (22.149) |
| Receitas financeiras | | 281.247 | 85.284 |
| Resultado financeiro líquido | 15 | <u>278.915</u> | <u>63.135</u> |
| Resultado antes das provisões | | <u>(3.381.894)</u> | <u>(3.330.312)</u> |
| (-) Provisão para imposto de renda | | - | - |
| (-) Provisão para contribuição social | | - | - |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | <u>(3.381.894)</u> | <u>(3.330.312)</u> |

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Resultado Líquido do Período | <u>(3.381.894)</u> | <u>(3.330.312)</u> |
| Outros Resultados Abrangentes | | |
| Resultado abrangente do período | <u><u>(3.381.894)</u></u> | <u><u>(3.330.312)</u></u> |

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

| | Capital Social Subscrito | Reserva Legal | Prejuízos Acumulados | Total |
|--|-------------------------------------|----------------------|---------------------------------|---------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 2.000.000 | - | (6.185.770) | (4.185.770) |
| Resultado do período | | | (3.330.312) | (3.330.312) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 2.000.000 | - | (9.516.082) | (7.516.082) |
| Resultado do período | | | (3.381.894) | (3.381.894) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 2.000.000 | - | (12.897.976) | (10.897.976) |

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL | (3.381.894) | (3.330.312) |
| Ajustado por: | | |
| - Remuneração de Debentures | 3.219.464 | 2.784.970 |
| - Depreciação e amortização do exercício | 168.298 | 168.298 |
| | 5.868 | (377.044) |
| (Aumento)/Diminuição das contas ativas | | |
| - Contas a receber | 357.765 | 593.163 |
| - Outros créditos | (5.637) | (1.874) |
| Aumento/(Diminuição) das contas passivas | | |
| - Obrigações com fornecedores | (2.842) | (35.521) |
| - Obrigações Tributárias (exceto IR e CS) | (360) | (2.431) |
| - Obrigações sociais e trabalhistas | (7.531) | 8.752 |
| - Outras obrigações | 23.347 | (3.933) |
| Caixa proveniente/(usado) nas operações | 370.610 | 181.112 |
| - Imposto de Renda e Contribuição Social pagos | - | - |
| Caixa líquido usado nas atividades operacionais | 370.610 | 181.112 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | - | - |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| - Ingresso de empréstimos de partes relacionadas | 340.000 | 792.315 |
| - Amortização de empréstimos de partes relacionadas | (331.562) | (30.076) |
| - Resgate de Debêntures | (336.771) | (956.914) |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | (328.333) | (194.675) |
| Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes de caixa | 42.277 | (13.563) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 18.580 | 32.143 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 60.857 | 18.580 |

Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| I - RECEITA | 5 | 1.280 |
| I.1 - Receita com securitização | - | 1.080 |
| I.2 - Receita com prestação de serviços | 5 | 200 |
| II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | 81.831 | 259.799 |
| III - VALOR ADICIONADO BRUTO | (81.826) | (258.519) |
| IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | 168.298 | 168.298 |
| V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | (250.124) | (426.817) |
| VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 281.247 | 85.284 |
| VI.1 - Receitas financeiras | 281.247 | 85.284 |
| VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | (31.123) | (341.533) |
| VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | (31.123) | (341.533) |
| VIII.1 - Pessoal | 153.775 | 146.176 |
| VIII.2 - Impostos, taxas e contribuições | 37.445 | 35.484 |
| VIII.3 - Remuneração de capitais de terceiros | 3.221.797 | 2.807.119 |
| VIII.4 - Remuneração de capitais próprios | (3.381.894) | (3.330.312) |

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Romaxis Securitizadora S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado com registro de Companhia Securitizadora na categoria “S2” perante a comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 566 criada em 01 de setembro de 2017, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua: Orleans, nº 1.005, sala 01, Bairro: América, CEP: 89.204-580, inscrita no CNPJ sob o nº 29.088.092/0001-95.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações Financeiras, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2) RISCOS

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2026 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2026, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. A Companhia procura não possuir concentração de crédito de clientes, visando a diversificação da carteira de clientes e contínuo acompanhamento dos prazos da carteira de crédito. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito, além de cobrar as garantias constituídas.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de

juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações Financeiras.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias registradas na CVM. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC e Demonstração do Valor Acumulado – DVA. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração está trabalhando para reativar a escala de suas operações e diminuir os prejuízos acumulados, pois houve uma redução drástica na escala de suas operações. As demonstrações Financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades, visando minimizar os efeitos dos prejuízos dos últimos exercícios.

Reforma Tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substituirá o ICMS e o ISS.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/26 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários – antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma Tributária na apuração dos tributos da Companhia, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$ 7.241.389, ficando o passivo a descoberto no montante de R\$ 14.757.471. Esses prejuízos vêm aumentando significativamente em decorrência do aumento da CDI que afeta diretamente a rentabilidade dos valores mobiliários emitidos pela Companhia, além do cenário político instável que vive o país atualmente, que impactou o volume de operações da Companhia.

A administração ainda mantém as seguintes ações para reverter esse cenário (I) Resgate de debêntures com custo elevado e alteração para remuneração máxima de 1,50% fixo ao mês, conforme política de captação; (II) aumento de 27% da taxa de securitização; (III) Contratação de agentes para a angariação de novos clientes, bem como a revisão da tabela de comissão.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, § 7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. A Administração está trabalhando incansavelmente, visando o aumento em suas operações e tentando minimizar os efeitos dos prejuízos dos últimos exercícios.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-------------------|-------------------|
| Depósitos bancários a vista | 60.857 | 18.850 |
| Total de Caixa e equivalentes de caixa | 60.857 | 18.850 |

6. DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de

propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| (-) Duplicatas Clientes à Conciliar | 49.871 | 54.207 |
| (-) Perdas esperadas | (1.853.025) | (1.853.025) |
| Gráfica Clientes | 292.483 | 288.147 |
| Clientes Diversos | 4.682.641 | 8.899.836 |
| Total de direitos creditórios | 3.171.970 | 7.389.165 |

- b) Posição por vencimento em dias de carteira de Clientes Diversos a receber

| Períodos em dias | A vencer | Vencidos |
|-----------------------------|-----------------|------------------|
| Acima de 181 dias | - | 4.682.641 |
| Cliente à conciliar/Gráfica | | 342.354 |
| Perdas com Clientes | | (1.853.025) |
| Total Geral | - | 3.171.970 |

7. PARTES RELACIONADAS

A conta “Partes Relacionadas” refere-se a operações que a Companhia realizou com empresas do grupo, as quais estão no contas a receber da Romaxis, estando dispostas da seguinte forma:

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Operações com partes relacionadas | 1.034.454 | 1.042.892 |
| Total de Partes relacionadas | 1.034.454 | 1.042.892 |

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A conta de “imobilizado” é composta por:

| Descrição | Taxa | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 |
|-----------------------------|------|----------------|--------------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação/Amort. | Residual | Residual |
| Equip. processam dados | 10% | 30.862 | (28.457) | 2.405 | 8.178 |
| Móveis e utensílios | 10% | 7.333 | (5.065) | 2.268 | 3.000 |
| Software | 20% | 840.180 | (562.268) | 277.912 | 439.705 |
| Total do Imobilizado | | 878.375 | (595.790) | 282.585 | 450.883 |

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A conta “Obrigações tributárias” é composta por:

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|---------------|---------------|
| CSLL estimativa a recolher | 25.829 | 25.829 |
| IRPJ estimativa a recolher | 63.747 | 63.747 |
| CSRF retido a recolher | 41 | 313 |
| IOF sobre mútuo a recolher | 246 | 246 |
| IRRF retido a recolher | 13 | 101 |
| Provisão IRRF sob debêntures | 9 | 9 |
| Total de Obrigações tributárias | 89.885 | 90.245 |

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se a valores a pagar vinculados a juros incidentes sobre operações de mútuo e a receitas a apropriar, reconhecidas pelo regime de competência. A composição do saldo é apresentada na tabela a seguir.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------------------|---------------|------------|
| Juros sobre mútuo | 19.061 | - |
| Receitas a apropriar | 7.666 | - |
| Total de Outras Obrigações | 26.727 | - |

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 de dezembro de 2017, onde foram emitidas 5.000 (cinco) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), realizada em 6 (seis) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 250% (duzentos e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do CDI.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 1.000 (um mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 6ª série são de classe subordinada, composta de 2.000 (duas mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) do CDI.

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 10 de julho de 2018, onde foram emitidas 1.000 (um mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 0,9% (nove décimos por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,1% (um inteiro e um décimo cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,3% (um inteiro e três décimos por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série,

calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

A Companhia realizou a 3ª (Terceira) emissão privada de debêntures, em 26 de agosto de 2019, onde foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 100% (cem por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 15.000 (quinze mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 60.000 (sessenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do

CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

A Companhia realizou a 4ª (Quarta) emissão privada de debêntures, em 09 de abril de 2021, onde foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), realizada em série única, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 5.000 (cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.

A Companhia realizou a 5ª (Quinta) emissão privada de debêntures, em 09 de abril de 2021, onde foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), realizada em série única, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 5.000 (cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-------------------|-------------------|
| Debêntures | 11.260.000 | 11.450.000 |
| Remuneração Debêntures | 9.950.772 | 6.878.080 |
| (-) Perdas debêntures | (5.712.454) | (1.853.025) |
| Total de Títulos e valores mobiliários | 15.498.318 | 16.475.055 |

Em relação a Provisão para perdas – NBC TG 48 (R4) ser lançada contra a conta no passivo, reduzindo as debêntures,

Em tese, a Lei 14.430, em seu Art. 21, menciona: “§ 4º A companhia securitizadora responde pela origem e pela autenticidade dos direitos creditórios vinculados ao Certificado de Recebíveis por ela emitido.”

Sendo assim, se a perda esperada, decorre de vício de forma, ou seja, origem e autenticidade do direito creditório corrompidas, a securitizadora de créditos deverá honrar junto aos investidores dos certificados de recebíveis, com recursos próprios, e portanto, a provisão de perda esperada, deverá ser contabilizada em conta de resultado.

Por outro lado, se a perda esperada, decorre do inadimplemento normal de mercado, sendo o direito creditório revestido de toda a formalidade legal e de origem lícita, a perda será imputada aos investidores dos certificados de recebíveis emitidos, e portanto, a contrapartida da perda esperada, deverá ser contabilizada em conta redutora do passivo. No mesmo sentido, o parecer normativo nº 5 de 2014, já mencionava essa possibilidade.

18. Dessa forma, o investidor recebe o retorno do investimento por meio de pagamentos a título de amortizações e encargos na medida em que os títulos de lastro são liquidados e/ou remunerados, compondo assim fluxos financeiros combinados, administrados pela securitizadora. Os títulos inadimplidos e considerados incobráveis são abatidos do lastro, reduzindo assim os fluxos financeiros, o que, observados os termos pactuados, resulta, a princípio, em perda tanto para o investidor quanto para a securitizadora, por diferentes motivos, melhor compreendidos mais adiante. Não obstante, a securitização oferece diversas oportunidades econômicas para o investidor, pelas possibilidades de ganhos com o risco adquirido e não materializado, e para os cedentes, pela antecipação de recebíveis e redução da pressão do risco de crédito sobre seus ativos.

Independentemente da legislação específica, ou do entendimento fiscal a respeito, devemos sempre observar o que preceitua o título de securitização de crédito, seja ele um certificado, ou uma debênture. O título de securitização de crédito deverá conter em suas cláusulas e condições essa questão, se as perdas créditos são de coobrigação da companhia Securitizadora, ou se tratam de riscos assumidos pelos investidores. De acordo com a natureza e/ou, conteúdo explícito no título de securitização, a contrapartida da PECLD Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa, será apropriada, seja no resultado do exercício ou em conta redutora do passivo. Em relação a Romaxis, a Escritura das debêntures em seu item 8: “8. ESPÉCIE: As debêntures serão da espécie subordinadas, tendo como principal garantia os direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato Particular de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito para Fins de Securitização e outras Avenças firmados entre a **EMISSORA** e os originadores dos direitos creditórios. As garantias ora assumidas pela **EMISSORA** serão objeto de ajustes diários de posição contemplando o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das debêntures,

acrescido de juros remuneratórios, juros moratórios, bem como quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irretroatável, para todos os efeitos legais”.

Dessa forma, a escritura trata de debêntures define que o risco é assumido pelos investidores, não havendo a coobrigação por parte da securitizadora.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

A conta “outras obrigações” está assim disposta:

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas a Apropriar | - | 3.380 |
| Total de Outras Obrigações | - | 3.380 |

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), representado por 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Prejuízos Acumulados/Passivo a descoberto - A companhia encerrou o quarto trimestre de 2025 com um prejuízo de R\$3.381.894,49. (três milhões e trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos), somando-se aos prejuízos anteriores, o saldo de prejuízos acumulados perfaz R\$ 12.897.976,54 (doze milhões, oitocentos e noventa e sete mil e novecentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) em prejuízos acumulados, ficando um passivo a descoberto no montante de R\$ 10.897.976,54 (dez milhões e oitocentos e noventa sete mil e novecentos e setenta e seis e cinquenta e quatro centavos) sendo que a administração está atuando no sentido de buscar soluções para a diminuição dos prejuízos acumulados ao longo dos próximos períodos.

14. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

| Descrição (em reais) | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Receitas operacionais | (3.219.459) | (2.133.132) |
| Receita de securitização | 5 | 1.080 |
| Receita de Serviço | - | 200 |
| (-) Custo de captação de recursos | (3.219.464) | (2.784.970) |
| Despesas operacionais | (441.350) | (609.757) |
| Despesas gerais e administrativas | (441.350) | (609.757) |
| Resultado operacional líquido | (3.660.809) | (3.393.447) |

15. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

| Descrição (em reais) | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas Financeiras | 281.247 | 85.284 |
| Juros Recebidos | 120 | 216 |
| Descontos obtidos | - | 2.868 |
| Juros sobre mútuo | - | 14.148 |
| Multas Recebidas | 279.807 | 4.009 |
| Juros s/ Liquidação | 1.320 | 64.043 |
| Despesas Financeiras | (2.332) | (22.149) |
| Descontos Concedidos | - | (574) |
| Despesa bancária | (1.795) | (4.613) |
| Multa de mora | (505) | (14.364) |
| Juros passivos | (32) | (2.598) |
| Resultado financeiro líquido | 278.915 | 63.135 |

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações Financeiras considerando-se os critérios descritos no item 4.4.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2025, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias.

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 11): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Joinville - SC, 05 de março de 2026.

ANDRE EFFTING
VANDERLINDE:0535662
9982

Assinado de forma digital por
ANDRE EFFTING
VANDERLINDE:05356629982
Dados: 2026.03.23 14:37:04 -03'00'

André Effting Vanderlinde
Diretor Presidente

MATHEUS MIGUEL
SILVY:10540079936

Assinado de forma digital por
MATHEUS MIGUEL
SILVY:10540079936
Dados: 2026.03.23 14:13:16 -03'00'

Matheus Miguel Silvy
Contador
CRC 1-SC-044634/O-1 SC

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **André Effting Vanderlinde**, Brasileiro, nascido em 28/05/1987, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 30540-CRA/SC, inscrito no CPF/MF 053.566.299-82, residente e domiciliado na Rua: Padre Antônio Viera, nº 516, apto. 303, bairro: America, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, CEP: 89.204-150 Diretor Presidente e Diretor de Securitização da **ROMAXIS SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.088.092/0001-95, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC sob NIRE 43300046116 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 05 de março de 2026.

Joinville-SC, 05 de março de 2026.

ANDRE EFFTING Assinado de forma digital por
ANDRE EFFTING
VANDERLINDE:0 VANDERLINDE:05356629982
5356629982 Dados: 2026.03.23 14:37:21
-03'00'

André Effting Vanderlinde

Diretor Presidente e Diretor de Securitização

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Juliana Mees**, Brasileira, nascida em 12/07/1995, solteira, portador da Carteira de identidade profissional nº 268.92795.42.9, inscrita no CPF sob o nº 801.760.729-69, residente e domiciliado na Rua: Marcilio Dias, nº 1228, Apto. 404, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.218-005, **Diretora de Compliance** da **ROMAXIS SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.088.092/0001-95, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC sob NIRE 42300046116 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 05 de março de 2026.

Joinville-SC, 05 de março de 2026.

JULIANA

MEES:8017607

2969

Assinado de forma
digital por JULIANA
MEES:80176072969
Dados: 2026.03.23
14:37:35 -03'00'

Juliana Mees

Diretora de Compliance